

A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL E SEUS REFLEXOS



Capa: Marcos Vianna e Darel/CEUB

Organizadores:
Gleisse Ribeiro Alves
Gabriel Blouin Genest
Eric Champagne
Nathalie Burlone



UNIVERSITÉ DE
SHERBROOKE

CEUB

O BRASIL E A PANDEMIA DA COVID-19: ASPECTOS INTERNACIONAIS*

Paulo Roberto de Almeida¹

1 INTRODUÇÃO: IDEOLOGIA E NEGACIONISMO IMPORTADOS NO GOVERNO BOLSONARO

As conexões internacionais da questão da pandemia no caso brasileiro apresentam mais de um aspecto. Por um lado, o fato, relativamente subjetivo, de o presidente brasileiro eleito em outubro de 2018, Jair Bolsonaro, ter colocado suas ações e posturas (internas e externas) no contexto ideológico da chamada “nova direita americana”, ou seja, o movimento que presidiu à ascensão à presidência americana de Donald Trump, em 2016, e que já vinha se manifestando, sob outras roupagens, no continente europeu e em outros continentes em torno de ideias altamente conservadoras: fundamentalismo religioso, antiglobalismo, rejeição da imigração de povos “exóticos” e agenda de costumes, de maneira geral (antiaborto, ideologia de gênero, minorias sexuais, etc.); essas ideias, ademais das próprias posturas e declarações do presidente Trump pautaram, e de certa forma moldaram, o comportamento e as posturas do seu colega brasileiro – chamado pelos jornalistas americanos de “Trump dos trópicos” – no enfrentamento (ou falta de, mais corretamente) da pandemia.

De outro lado, num contexto mais objetivo, uma visão, mesmo perfunctória, em escala comparativa internacional confirma os resultados nitidamente negativos registrados pelo governo Bolsonaro no enfrentamento do desafio da pandemia quando colocados no contexto mundial, sendo imediatamente visível o mau desempenho do governo federal ao se confrontarem os números de infectados e mortos (em proporção da população, não de modo absoluto) com países

* [Objetivo: contribuição a obra coletiva; *A crise da covid-19 no Brasil: aspectos jurídicos, econômicos e sociais*: coordenação da profa. Gleisse Ribeiro Alves (gleisse.alves@ceub.edu.br).]

¹ www.pralmeida.org; <http://diplomattizando.blogspot.com>; pralmeida@me.com

relativamente similares. Comparações internacionais, feitas em forma de gráficos, tabelas ou simples alinhamentos estatísticos, revelam a performance deplorável do governo de Bolsonaro, até meados de 2021, no tocante ao acúmulo de milhares de vítimas “excedentárias” (em relação ao número de habitantes), do que se observou ser o caso, quando verificados os mesmos indicadores em países cujos governantes empreenderam ações mais decisivas nessa área. Nesse sentido, Bolsonaro se distanciou, neste quesito, em relação à postura de outros dirigentes nacionais, mesmo declaradamente de direita, como ele pretende ser.

Todavia, mesmo num registro mais linear, são impactantes os indicadores brasileiros no confronto com outros países, o que vem sendo registrado por algumas instituições internacionais dedicadas ao cômputo dos dados relativos à incidência da pandemia. Em diversos momentos desde o início da pandemia, em 2020, o Brasil foi sucessivamente apresentado como o “homem doente da América do Sul”, como um possível *super spreader* de novas variantes do vírus e como um país irresponsável no tratamento da sua própria população, tendo enfrentado o fechamento de diversas fronteiras e de aeroportos em conexões internacionais para outros continentes.

Esses aspectos internacionais merecem, portanto, uma atenção especial neste ensaio sintético. Três países se destacam relativamente aos vínculos internacionais do governo Bolsonaro na questão da pandemia da covid-19: os Estados Unidos, em primeiro lugar, ou mais especificamente o presidente Trump, pelo menos durante a ascensão e propagação no novo vírus, no decorrer de 2020; a China “comunista”, objeto do desconforto aberto ou implícito da diplomacia “bolsonarista”, quando não sujeita à hostilidade explícita por parte de “responsáveis” do setor – oficialmente da parte do primeiro chanceler, de modo oficioso pelo filho deputado do presidente –, sendo o gigante asiático o principal parceiro comercial e potencial grande investidor no Brasil, ademais de fornecedor de primeira grandeza de todo tipo de equipamentos médico-sanitários, bem como de vacinas e insumos para a fabricação de vacinas no Brasil; a Índia, finalmente, em posição relativamente secundária, mas elevada ocasionalmente à condição de grande parceira na área vacinal, já em 2021, justamente em função das antipatias acima referidas.

Esses três países estiveram e estão presentes em grande parte do debate interno – do governo com a sociedade, assim como dentro do Parlamento – na sequência registrada quanto ao conteúdo mesmo desse “debate” (bastante confuso, por sinal): o presidente Trump, na origem do negacionismo de Bolsonaro durante toda a fase ascensional da pandemia; a China, como a primeira fornecedora confiável de equipamentos e vacinas entre o final de 2020 e o início de 2021, mas com a qual (e com o seu embaixador em Brasília) foram travados diversos embates pouco diplomáticos em diversos episódios, sendo que estes que também exibem conteúdo político doméstico, dado o relacionamento próximo do governador de São Paulo, candidato à presidência em 2021, com os chineses (o estado possui um escritório oficial de representação em Xangai); a Índia, finalmente, já no decorrer do primeiro semestre de 2021, em direção da qual são feitas tentativas desesperadas do governo federal de aquisição de vacinas, justamente para diminuir o papel da China nesse fornecimento, sendo que as iniciativas revelaram demonstrações evidentes de corrupção, em análise na Comissão Parlamentar de Inquérito (de âmbito senatorial), após duas fases iniciais dedicadas a “tratamento precoce” e a falhas do governo federal no atendimento de demandas dos estados.

Antes de analisar esses aspectos “internacionais” da pandemia no Brasil, cabe, preliminarmente, evidenciar o cenário normal do atendimento médico-hospitalar no Brasil, especialmente em termos de campanhas de vacinação em massa, políticas que funcionaram de modo relativamente satisfatório até o advento do governo Bolsonaro. O Brasil sempre foi conhecido internacionalmente por dispor de um programa regular, bem estruturado e abrangente de vacinação geral da sua população, sobretudo de sua faixa infantil. Tal programa, nacional, existe desde os anos 1970 – sob a ditadura militar, portanto, quando se manifestou uma epidemia de meningite – e foi reforçado no plano federal a partir da Constituição de 1988, que instituiu um Sistema Universal de Saúde (SUS), aberto a todas as faixas da população, mas absolutamente crucial para os seus estratos mais pobres. O SUS foi reconhecido como um exemplo exitoso entre países em desenvolvimento e, ao lado da cobertura vacinal dispensada pelos programas nacionais de imunização, permitiu que o país erradicasse por completo ou controlasse de forma adequada diversas epidemias mais comuns na população infantil no último meio século, o que garantiu

uma progressão regular da esperança de vida até a recente pandemia da covid-19 (que ocasionou um retrocesso pela primeira vez na história).

Cabe ainda notar a existência de várias outras iniciativas em favor dos estratos mais idosos (contra a gripe, por exemplo). Os esforços dispendidos desde a irrupção da epidemia da Aids, no início dos anos 1980, com o fornecimento público e gratuito de diversos retrovirais (inclusive os obtidos graças à flexibilização de patentes, uma das vitórias alcançadas no âmbito da OMC, em 2001) foram amplamente reconhecidos e aplaudidos pela comunidade internacional. Nesse mesmo plano, o Brasil sempre teve uma participação exemplar nas iniciativas multilaterais coordenadas pela OMS e, no plano regional, pela OPAS, com diversos especialistas brasileiros de destaque exercendo altos cargos nas duas organizações.

Com esses antecedentes, seria de se esperar que o enfrentamento da nova pandemia, a da covid-19, seguisse os mesmos padrões de prontidão, de qualidade no atendimento da população mais frágil e com a mesma eficiência já demonstrados em todas as experiências anteriores, inclusive, mais recentemente, nos casos da dengue, da zika e da chikungunya, não apenas em termos de cobertura no atendimento em postos de saúde, mas igualmente no plano das pesquisas de laboratório em prol de vacinas. Não foi, contudo, o que se observou desde o início da pandemia no Brasil, em torno de março de 2020, com uma reversão inesperada das políticas públicas e um retrocesso inaceitável na implementação dos padrões recomendados pela OMS, pela comunidade de pesquisadores internacionais, assim como pelos próprios cientistas e equipes médicas do setor no próprio Brasil. No caso, não houve nenhuma falha ou incompetência por parte do pessoal especializado, mas sim uma atitude completamente negacionista e anticientífica por parte do chefe do governo, o presidente Bolsonaro. Sua atitude específica em relação à pandemia não difere, porém, de sua postura geral em relação às relações exteriores do Brasil, que foram rebaixadas a um nível inédito para os padrões elevados de profissionalismo diplomático exibidos pelo Brasil ao longo dos anos.

Com menos de 3% da população do globo (cerca de 2,7%, mais exatamente), o governo Bolsonaro conseguiu exibir um recorde inaceitável no número de infectados (cerca de 10% do total do planeta), assim como em relação ao número de

vítimas fatais, de aproximadamente 13% do total mundial (dados da Universidade Johns Hopkins, reportados na *Newsletter Veja Coronavirus* de 8/07/2021). Numa fase em que o número de casos, nas duas vertentes, parece diminuir no mundo, após o início de um processo mais ativo de vacinação nos diversos países, um aspecto talvez até mais assustador é o fato de que a média móvel das mortes por covid no Brasil ainda representa 20% do total mundial. Existe, portanto, um “adicional” de vítimas e de mortos, no Brasil, que só pode ser explicado pela incúria do governo central e por uma descoordenação completa das diversas esferas envolvidas no enfrentamento da pandemia, em termos de esforços não conjugados – na verdade, divergentes, na maior parte dos casos – entre o governo federal e as demais unidades da federação.

Ainda que a maior parte dos fatores na origem desse cenário estarrecedor seja de origem propriamente interna, cabe não descurar a importação de “ideias erradas” no enfrentamento do maior desafio que enfrenta a Humanidade desde a chamada “gripe espanhola” (de fato americana), ao final da Grande Guerra (Almeida, 2021). Com efeito, uma das razões para essa performance deplorável se situa precisamente no plano das relações exteriores e da diplomacia de Bolsonaro, ações e opções que as tornaram caudatárias das ações e orientações externas dos Estados Unidos e da diplomacia de Trump – em uma escala jamais vista nos anais da diplomacia brasileira –, assim como terminaram por consolidar um isolamento internacional e regional igualmente inédito nas relações internacionais do Brasil. Mal guiado por suas concepções primárias no terreno da política internacional e das relações exteriores do país, o presidente foi assistido por uma diplomacia especialmente inepta, a despeito de ter ficado a cargo de um diplomata profissional, inclusive por ter sido completamente submissa, nos seus dois primeiros anos, ao despreparo do presidente e de seus conselheiros mais próximos (membros da própria família, ou assessores amadores em seu círculo palaciano) nos lances mais relevantes de sua ação prática: Venezuela, integração regional e Mercosul, Oriente Médio, relações com os principais parceiros (como EUA, Argentina, países europeus e China), sem esquecer a própria pandemia. Ridicularizado pelo fato de ter pronunciado um surpreendente “I love you Trump”, por ocasião de sua primeira participação na abertura dos debates da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, o

presidente brasileiro continuou apoiando o derrotado presidente americano até o último minuto do processo de aferição dos resultados das eleições de novembro de 2020, tendo se destacado, inclusive, por ser o grande e último negociante do planeta.

2 A LENTA E LONGA MARCHA DO BRASIL EM DIREÇÃO À VACINA: UM PROGRAMA FRUSTRADO

Os aspectos internacionais do problema da pandemia no Brasil se manifestam em todas as fases e episódios do percurso ainda não terminado da covid-19 no país, embora ênfases e interações externas tenham variado ao longo dos quinze meses (de março de 2020 a julho de 2021) durante os quais as políticas do governo acompanharam seu itinerário especialmente doloroso, para uma nação que tinha enfrentado ameaças sanitárias com excelente prontidão médica e epidemiológica para um país emergente. Esse período foi sobretudo marcado pela inação do governo central, ou por orientações equivocadas no seu enfrentamento inicial – uma primeira fase dominada pela “novela da cloroquina” e de um ineficiente “tratamento precoce” –, por uma sabotagem evidente – embora não formalizada – da busca de vacinas, numa segunda fase, e, finalmente, na sua terceira fase, ainda em curso, pela incompetência e corrupção de autoridades e encarregados de prover o país de vacinas em quantidades suficientes para a imunização da população. Em todas essas fases, as conexões internacionais foram subjacentes, por vezes proeminentes, no encaminhamento do problema, como agora se poderá expor.

O reconhecimento inicial da pandemia da covid-19 foi provavelmente tardio e tal designação só lhe foi atribuída bem depois que as evidências foram bem detectadas na China, seguindo-se sua rápida disseminação pelo resto do mundo. A partir do momento em que ela deixou de ser uma “epidemia chinesa” para converter-se, de fato e oficialmente, em uma pandemia, com toda a atenção que ela passou a merecer por parte dos países vizinhos, dos ocidentais e sobretudo da própria OMS, as respostas dos diferentes governos, nos diversos continentes, não foram uniformes, o que explica as grandes disparidades de taxas de incidência entre a Europa ocidental e nas Américas e, de outro lado, as dos países da Ásia Pacífico, nestes com menores índices de infecção e, conseqüentemente, de mortos.

Dois países se destacaram pelos seus trágicos indicadores: os Estados Unidos e o Brasil, por acaso dirigidos por dois dirigentes negacionistas em relação à ciência e “antiglobalistas” no plano das relações internacionais. Na verdade, os impulsos mais negativos vinham do presidente americano, implementando uma agenda conservadora extremada que reproduzia posturas da *alt-right*, como identificado, por exemplo, no livro de Benjamin Teitelbaum, *War for Eternity* (2020), focando mais detidamente nos ideólogos principais desse movimento, o americano Steve Bannon, o brasileiro Olavo de Carvalho e o russo Alexander Dugin. O presidente brasileiro importou, sem qualquer originalidade, essa agenda negacionista e antiglobalista e ela se manteve fiel durante toda a extensão da pandemia em 2020 e 2021, mesmo depois que Trump moderou, em parte, sua objeção a qualquer programa nacional de controle e às recomendações dos especialistas em termos de medidas profiláticas e de aplicação de vacinas.

A diplomacia negacionista e obscurantista do chefe de governo do Brasil, e de seu submisso primeiro chanceler, à época, adotou como sua e seguiu a fielmente a postura obstrucionista de Trump contra a OMS ou contra qualquer outro esforço de coordenação global para a luta contra a pandemia. Sob Trump os EUA abandonaram a Unesco, por razões claramente ideológicas, e chegaram a sair da OMS, por acusações de ineficiência na condução da política contra a pandemia, gesto quase seguido pelo governo de Bolsonaro, que, no entanto, foi contido pelo que ainda restou de racionalidade em alguns poucos outros setores de seu governo.

Na prática, o que se assistiu no Brasil, durante todo o ano de 2020, enquanto se processava no mundo um retorno ao nacionalismo sanitário e profilático – pois cada um dos países, mesmo na União Europeia, tentava assegurar suprimentos adequados de equipamentos de proteção e de tratamento – foi um nacionalismo de inação, com uma carência notável de medidas preventivas e, sobretudo, curativas, o que explica o aumento exponencial dos casos no país, ao longo de toda a agonia das diversas ondas da pandemia. De maneira clara, o governo Bolsonaro, já tendo se identificado com líderes de extrema direita em certos países do mundo – Mateo Salvini, ministro do Interior do breve governo de coalização heteróclita na Itália; Benjamin Netanyahu, de Israel; Viktor Orban, da Hungria, e colegas do Grupo de Visegrad; Narendra Modi, da Índia; Trump, dos EUA –, acompanhou a ofensiva

antimultilateralista levada a cabo por esses líderes e até os superou, numa oposição às principais recomendações feitas pela OMS e por grupos de cientistas e pesquisadores ao redor do mundo; caso provavelmente único e inédito em sua história editorial, uma das revistas mais prestigiosas da área de pesquisa científica na medicina, *The Lancet*, chegou a publicar um editorial de primeira página, expressamente dedicado a condenar a postura do presidente brasileiro no trato da pandemia.

O que ocorreu, no plano mundial, desde o início da primeira fase, alarmante, devido ao aumento súbito de casos, sobretudo na Europa ocidental, foi uma corrida sem qualquer coordenação multilateral ou regional em busca de equipamentos e esforços de pesquisa e desenvolvimento. A comunidade científica e os grandes laboratórios privados ou universitários responderam bastante bem aos desafios de um vírus especialmente virulento, registrando-se um progresso fantasticamente rápido nas pesquisas e testes com modalidades tradicionais e inovadoras de antivirais. No plano da produção e distribuição de equipamentos de proteção e de tratamento, o que se viu, porém, foi uma retração nacionalista tristemente danosa para os países menos preparados para enfrentar a asfixia dos hospitais e centros de atendimento. A Itália, por exemplo, se sentiu traída pelos seus vizinhos do bloco europeu, que vetaram exportações de determinados itens de atendimento emergencial.

Os Estados Unidos de Trump organizaram um sequestro dos mesmos equipamentos ao redor do mundo, quando os casos apresentaram um súbito aumento no país. Exportações para o Brasil foram desviadas de terceiros aeroportos pelo poder do dinheiro americano, e as mais diversas gangues de fraudadores, nacionais e internacionais, se inseriram nesses circuitos para fraudar as importações, oferecendo equipamentos inadequados, superfaturados ou simplesmente inexistentes. Nessa fase inicial, ocorreu uma corrida para a frente na busca de expedientes exclusivamente nacionais, tanto no plano produtivo, quanto na área comercial, durante a qual foram reveladas fragilidades estruturais nas respectivas bases industriais, quanto evidências de descoordenação estatal nas medidas preventivas e curativas, inclusive em países dotados de maiores recursos orçamentários. À diferença de países europeus e do próprio Brasil, um dos países mais frágeis nessa vertente foram os EUA, que é

completamente desprovido de um sistema nacional de saúde, como possuem as nações mais bem dotadas de instituições oficiais voltadas para a saúde em nível nacional.

A chamada “desglobalização”, que já era uma tendência vários anos antes da pandemia, foi extraordinariamente reforçada nos primeiros meses da pandemia, até que novos circuitos de produção e de distribuição passassem a atender às demandas oficiais de cada país. O Secretário-Geral da ONU, o português Antonio Guterres tentou, de modo desesperado, estabelecer alguma forma de coordenação mundial em favor de um tratamento minimamente racional em prol da cooperação nesse terreno, mas não logrou sucesso, especialmente em razão da animosidade entre as grandes potências, no caso bem mais estimulada pela atitude agressiva e até belicosa de Trump em relação à China. O fato é que nenhuma coordenação logrou estabelecer-se entre os órgãos máximos da ONU, suas agências especializadas – a OMS e as regionais –, o G20, as organizações de Bretton Woods (para o financiamento de programas em prol de países mais pobres), a OMC e a Ompi (para tratar das questões de patentes e licenciamentos), ou até órgão mais restritos, como o CAD-OCDE (para assistência humanitária, ao lado de ONGs dessa área). Nenhuma mobilização internacional se reproduziu, como em casos anteriores, a exemplo da luta contra o ebola, na África ocidental.

O máximo que se logrou foi a constituição de um consórcio duramente negociado entre a OMS e os principais países e laboratórios produtores, a Covax Facility, com vistas a diminuir a evidência das brutais disparidades na aquisição de vacinas entre países produtores ou detentores de tesouros abastecidos e os mais pobres, desprovidos inclusive dos meios mais rudimentares de prevenção e tratamento. Ainda assim, o governo Bolsonaro relutou vergonhosamente em aderir à iniciativa, e quando o fez, depois de muita pressão da comunidade científica e dos meios parlamentares, optou por estabelecer padrões e quantidades mínimas de fornecimento vacinal, em total desproporção ao tamanho da população brasileira e ao que lhe era permitido pelas regras do consórcio. Esse aspecto também foi explorado por uma comissão de inquérito estabelecido no âmbito do Senado Federal, ao serem revelados telegramas do ministério das Relações Exteriores que indicavam a clara má disposição do governo Bolsonaro em se juntar à iniciativa (mais uma vez

pelos mesmos pruridos antiglobalistas importados, já manifestados numa série de outros contextos diplomáticos). Nessa mesma época, o primeiro chanceler do governo Bolsonaro insinuava até que o Brasil poderia seguir o exemplo de Donald Trump e retirar o Brasil da OMS.

A fonte dos clamorosos erros registrados no Brasil durante todo o primeiro ano da pandemia pode ser apontada única e exclusivamente na pessoa do chefe de governo, que manteve sua postura inflexivelmente negacionista e obscurantista, contra todas as recomendações de cientistas da área e epidemiologistas em ação ao longo de todo o período; a mesma atitude estendeu-se no decorrer do segundo ano, sempre desafiando as práticas a serem observadas nos protocolos recomendados para tais circunstâncias. O comportamento do presidente Bolsonaro foi classificado por diversos observadores como propriamente criminoso, surgindo inclusive sugestões de denúncia ao Tribunal Penal Internacional por “crimes contra a humanidade”, em especial no tocante à situação dramática de tribos indígenas colocados em contato com exploradores ilegais (madeireiros e garimpeiros) de suas reservas na região amazônica e alhures.

A postura é tanto mais contraditória, ou inexplicável, em face da atitude pró-ciência de seus “aliados” de direita – por exemplo, Netanyahu, de Israel, Pinera, do Chile, e até, a partir de certo momento, o próprio Trump, depois de muitas hesitações iniciais –, que todos saíram afanosamente à cata de vacinas, quaisquer que fossem, de quaisquer produtores ao redor do mundo, com vistas a alcançar o maior grau de vacinação possível em seus países respectivos. O que se assistiu no Brasil foi exatamente o contrário, e até uma postura totalmente improvisada de recusa de se engajar num programa nacional de imunização, quando não de sabotagem em face dos esforços dos governadores e prefeitos que intentavam – contra as palavras e exemplos do presidente negacionista – adotar medidas preventivas de isolamento social e de obrigatoriedade de uso de máscaras, quando não de iniciativas limitadas e muito parciais de *lockdowns* temporários em determinadas atividades produtivas e de serviços.

Estimativas de epidemiologistas colocam o número excessivamente elevado de vítimas no Brasil – bem acima das características do país em termos de

experiências anteriores no trato de epidemias e de aparelhamento hospitalar público e privado – na conta das ações contrarianistas do presidente, estimulando ajuntamentos, contatos políticos, marchas eleitorais e todo tipo de provocação contrária às recomendações dos especialistas ou de simples bom senso no plano do civismo. De fato, depois dos Estados Unidos – onde ocorreu uma resistência de origem nitidamente política às medidas preventivas recomendadas pelas autoridades da saúde –, o Brasil foi o país que mais desafiou os protocolos recomendados no caso da pandemia da covid-19, daí o volume anormalmente desproporcional de infectados e de mortos em relação à população total.

O mais surpreendente é que diversos membros de uma delegação presidencial que acompanhou Bolsonaro, no início da pandemia, numa visita a Trump, na residência de Mar-A-Lago, na Florida, inclusive o embaixador em Washington, foram infectados pelo vírus, sem que a sua postura negacionista fosse em qualquer momento revertida. O próprio Bolsonaro foi contaminado logo adiante – certamente o resultado das frequentes incursões irresponsáveis que fazia todo fim de semana, por motivos eleitoreiros, pelos mais diversos cantos do país –, tendo sido brevemente internado num hospital das Forças Armadas. Antes, durante e depois de sua contaminação pelo vírus da covid-19 não houve qualquer mudança em sua atitude negacionista, de desprezo pela pandemia e de minimização de seus efeitos sobre a população, continuando a prática constante das aglomerações, da recomendação para o não uso de máscaras e do distanciamento social e, mais grave, repetidas tentativas de sabotar, por proclamas ou pedidos à Justiça, as poucas decisões de governadores e prefeitos em favor de medidas de contenção da abertura de negócios ou outras atividades concentradoras de pessoas.

O aspecto provavelmente mais nefasto, e possivelmente criminoso, revelou-se na sabotagem de qualquer programa nacional de vacinação, ignorando inclusive ofertas feitas por laboratórios privados ou até por um instituto estadual, de São Paulo (sede de um dos possíveis concorrentes presidenciais), que se dispunha a entregar praticamente toda a sua produção de uma vacina, fabricada em cooperação com produtor da China, a um programa federal de imunização. A despeito de terem recebido propostas de aquisição de vacinas – de diversas origens, ocidentais, chinesas ou indianas – no auge da primeira onda, em meados de 2020, as autoridades

da saúde, com repetidas interferências do presidente, foram extremamente relutantes em negociar concretamente esse fornecimento, registrando-se, o tempo todo, o desprezo do presidente por um programa efetivo de vacinação nacional. Este talvez se converta no objeto principal das investigações em curso da comissão parlamentar de inquérito, ao lado de fraudes detectadas e de inúmeros casos de corrupção, envolvendo tanto funcionários públicos e intermediários privados, quanto responsáveis em cargos comissionados no ministério da Saúde, inclusive diversos militares da ativa ou da reserva que acompanharam o terceiro ministro da área, na pessoa de um general da ativa, agora denunciado.

Ao se lograr o estabelecimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia, no âmbito do Senado Federal – mas apenas em abril de 2021 –, se detectou uma das possíveis fontes do negacionismo e da sabotagem tanto nas medidas preventivas quanto no terreno das vacinas: a existência de um “gabinete paralelo”, e independente de órgãos de especialistas, no aconselhamento equivocado do presidente, ao reforçar suas próprias convicções de que a saída para o Brasil estaria numa suposta “imunidade de rebanho”, a ser alcançada com a contaminação de uma larga proporção da população. Tal crença, não observada em nenhum outro país dotado de estruturas adequadas de saúde pública, está provavelmente na origem da mortandade incontrolada ainda registrada no Brasil, que ainda ameaça ultrapassar, nos próximos meses, o quantitativo alcançado nos EUA da gestão Trump e remanescente nas primeiras semanas da administração Biden.

O caso do Brasil é ainda mais deplorável pois que, ao atraso deliberado na decisão de se passar à aquisição de vacinas – o que foi em grande medida adotado por simples cálculo político eleitoral, ao se ter um possível candidato nas eleições de 2022 na figura do governador de São Paulo, que se tinha adiantado na aquisição de vacinas chinesas e na contratação de insumos daquele país –, se agregou a incompetência fenomenal de gestores militares do Ministério da Saúde, absolutamente despreparados para a tarefa e ainda tendo de contornar ou se submeter à oposição do presidente à negociação de vacinas e insumos com a “China comunista”, a fonte de todo mal, na visão canhestra dos ideólogos despreparados que estão no poder no Brasil. Daí também as poucas tentativas canhestras, mal improvisadas e não isentas de golpes fraudulentos, que se registraram quando de

importações – geralmente frustradas – de vacinas ou de insumos a partir da Índia, cujo chefe de governo seria supostamente um aliado de Bolsonaro, o também nacionalista de direita, e ultra religioso, Narendra Modi.

As decepções e falcatruas, nesses e em outros casos, foram registradas pela CPI da Pandemia, e podem fundamentar indiciamentos até criminosos contra todas as autoridades envolvidas no cenário deplorável a que se assistiu no Brasil desde o início da pandemia, um quadro ainda não debelado, podendo inclusive se agravar a partir de uma possível terceira onda ainda mais alarmante. A CPI perdeu muito tempo, em suas semanas iniciais, na investigação de uma das principais obsessões do presidente – não superada de todo no segundo ano da pandemia – no sentido de se obter “curas precoces” a partir de um coquetel de medicamentos totalmente inadequado para o tratamento da infecção viral, sobretudo à base de cloroquina – e de alguns vermífugos –, o que motivou inclusive recomendação do ministério da Saúde por esses métodos “preventivos”, cuja ineficácia já estava provada desde o segundo semestre de 2020.

No conjunto caótico de medidas improvisadas, e sempre reativas a partir de “recomendações” do “gabinete paralelo” de aconselhamento do presidente, a “política” oficial do governo federal foi de uma inconsistência criminoso durante a longa persistência de níveis alarmantes de contaminação – estimuladas pela práticas de aglomerações eleitorais do “candidato precoce” – e de mortos, que se acumularam em proporções inaceitáveis no comparativo com países da região. A existência desse “gabinete paralelo” tornou-se a atenção da CPI da Pandemia, numa segunda fase de seus trabalhos, depois da concentração sobre aspectos menos relevantes das políticas de governo, se é possível falar em “políticas de governo”, quando se está no quarto ministro da Saúde desde o início do terceiro ano da administração Bolsonaro, sendo o terceiro um general do Exército sem qualquer competência nessa área e extremamente complacente com o cenário caótico registrado nessa pasta.

Depois das primeiras semanas tratando de uma questão secundária – a obsessão do presidente com o chamado “tratamento precoce”, por meio de um coquetel não aprovado pelos especialistas composto de medicamentos ineficientes –,

a CPI finalmente enveredou pela questão das vacinas, necessariamente conectada às relações exteriores do Brasil, e objeto de um tratamento confuso durante todo o ano de 2020 e nos primeiros meses de 2021. Na primeira fase, o negacionismo quanto à importância da pandemia, assim como a busca insana por tratamentos totalmente inadequados, foi diretamente importado de Trump por Bolsonaro; o mais surpreendente, porém, é que quando Trump deixa de ser negacionista vacinal e engaja seu governo na aquisição de quantas vacinas estivessem sendo testadas e oportunamente introduzidas no mercado – menos as chinesas, evidentemente –, Bolsonaro continua a exibir um viés objetivamente contrário a uma adequada cobertura vacinal dos brasileiros, confiante, talvez, numa hipotética “imunidade de rebanho” (recomendada aparentemente pelos amadores que compunham o seu “gabinete paralelo”), que seria adquirida a partir da contaminação de aproximadamente 70% da população; daí as inúmeras aglomerações planejadas e implementadas pelo próprio presidente, sem qualquer cuidado (ou até em desafio às) recomendações de especialistas quanto aos protocolos a serem seguidos. Aparentemente o presidente não se importou nunca quanto ao número de vítimas fatais que decorreriam de sua “opção” pela “imunidade de rebanho”, considerada uma completa ilusão pela maior parte dos especialistas da área. A CPI ouviu alguns pesquisadores a esse respeito, quando se estimou que parte significativa do volume de mortos poderia ter sido evitada, caso fossem outras as posturas do presidente e de sua equipe próxima.

Mas, o trabalho d CPI também tem sido caracterizado por “golpes políticos” – de evidente efeito eleitoral – o que dificulta uma avaliação ponderada do que poderá emergir ao cabo de seus trabalhos, nos primeiros três meses de atividades, que serão renovados por período igual, e que podem se prolongar no ano eleitoral de 2022, com todos os impactos prováveis sobre o calendário da campanha presidencial. O fato é que superada a fase dos tratamentos inadequados e do negacionismo trompista importado pelo presidente – que continua a exibir a mesma postura, sem qualquer remissão –, os trabalhos da CPI adentraram no terreno mais objetivo da estratégia governamental para a aquisição de vacinas, suas fontes externas e um calendário de aplicação. Mais uma vez, falar de “estratégia governamental” é altamente ilusório no caso do governo Bolsonaro, pois estava

claro que não havia nenhuma, e que as primeiras medidas preventivas sugeridas pelos dois ministros iniciais da Saúde – dois médicos – foram solenemente ignoradas pelo presidente e até confrontadas abertamente por meio de seus ajuntamentos políticos todos os finais de semana, nos mais diversos cantos do país.

Foi preciso que a própria suprema corte, o Superior Tribunal Federal (STF) obrigasse o governo a publicar um documento estabelecendo um programa nacional de imunização calendarizado, o que só foi obtido depois de muitas tergiversações e com um cumprimento abaixo do aceitável, sob a gestão do ministro militar da Saúde. Na verdade, o governo federal passou todo o ano de 2020 opondo-se a qualquer iniciativa de aquisição de vacinas, só tendo iniciado débeis esforços nesse sentido quando o seu “inimigo político”, o governador de São Paulo aplicou a primeira dose de uma vacina “chinesa” em uma trabalhadora estadual da saúde, em janeiro de 2021. Tem início aí, e apenas a partir desse momento, a movimentação frenética do governo federal em busca de vacinas – preferencialmente não chinesas – para não ficar atrás do governo de São Paulo nesse particular, ativismo que também coincide com incompetência, má gestão e possíveis atos de corrupção no âmbito do ministério da Saúde nessas importações improvisadas, aceleradas e feitas pelos canais os mais bizarros (como revelado na terceira fase de trabalhos da CPI da Pandemia).

Numa decisão anterior, a corte constitucional já tinha sido chamada a dirimir uma pendência (criada pelo presidente) relativamente às competências concorrentes e cooperativas do governo central e dos governos estaduais e municipais no tocante a eventuais políticas de restrição de atividades econômicas que estavam sendo implementadas (contra a vontade do presidente) pelas administrações subfederais em atendimento às recomendações de especialistas no quadro de medidas de distanciamento social e de uso de máscaras. Não apenas o presidente se empenhou em desafiar essas medidas – e de fato as contrariou, organizando atos políticos em diversos estados, em total desobediência às normas locais de uso de máscaras e não-aglomeração –, como também tentou, mais de uma vez, obter uma decisão as suprema corte dando-lhe a autoridade exclusiva na regulamentação das políticas de contenção da pandemia. Ele de fato obteve “sucesso” nas suas investidas, uma vez que vários milhares de seguidores, organizados por militantes e redes sociais coniventes, se empenharam em desafiar as normas locais editadas pelos

governadores – ou comportamentos de simples bom senso – em sair às ruas em ruidosos comícios políticos, o que pode ter contribuído para aumentar os tristes números globais exibidos pelo Brasil em número de vítimas.

Um outro aspecto, que tem a ver apenas incidentalmente com quaisquer exemplos externos, mas que tem tudo a ver com o negacionismo importado do presidente Bolsonaro, foi registrado no tocante à distribuição geográfica do número de vítimas da infecção ou de mortos pela covid-19. Jornalistas investigadores cruzaram os mapas de votação das eleições presidenciais de 2018 com os números de hospitalizados e de mortos por covid-19 desde o seu início: a “descoberta” – estarrecedora, mas não surpreendente – foi a de que os municípios e estados que mais forneceram votos para o candidato vencedor também foram aqueles cujos registros de enfermos e de vítimas fatais são os mais elevados, relativamente e absolutamente, na comparação com outros distritos eleitorais menos “aderentes” ao candidato Bolsonaro. Tratou-se, na interpretação desses jornalistas e analistas, de uma clara correlação entre a adesão ao exemplo e às palavras do presidente e os comportamentos mais propensos a causar o maior número de vítimas da covid-19, numa proporção muito superior às médias locais ou nacional. Segundo pesquisas efetuadas por respeitáveis institutos educacionais – Insper, Ibmec e Universidade de Toronto – as cidades que tiveram mais de 51% dos votos para Bolsonaro registraram números de casos até 299% maior e até 415% mais mortes um ano depois do início da pandemia (Soares, 2021).

Um ano e meio depois de registrado o primeiro caso de pandemia no Brasil, em fevereiro de 2020 – seguido da primeira morte, um mês depois –, seis meses depois de iniciada a aplicação descoordenada das poucas vacinas disponíveis, o país segue sem um programa definido, previsível, calendarizado e racional de imunização nacional mediante vacinas, sendo que o presidente Bolsonaro não recuou uma única vez de sua postura negacionista e de seus comportamentos obstrutores em relação às medidas que vem sendo implementadas pelos governadores dos estados ou prefeitos de municípios na contenção ou em prol da imunização da população sob suas jurisdições respectivas. Aliás, desde a demissão do segundo ministro da Saúde, substituído por um general incompetente e submisso ao negacionismo do presidente, o país não dispõe sequer de estatísticas unificadas comportando os indicadores mais

relevantes em termos de número de infectados, hospitalizados, recuperados e mortos, uma vez que o ministério da Saúde deixou de computar esses dados desde a assunção do terceiro ministro da área (substituído sob pressão do Parlamento por um médico, em março de 2021, mas também relativamente complacente em relação à postura obstrucionista do presidente). As informações disponibilizadas diariamente pelos veículos de informação e comunicação são coletadas por um consórcio nacional de empresas de mídia, em contato direto com cada uma das secretarias estaduais da saúde.

O pequeno ativismo demonstrado pelo governo federal desde o segundo trimestre de 2021 – na verdade, unicamente pelo ministério da Saúde, não pelo governo como um todo e muito menos pela presidência da República, que manteve sua tradicional postura obstrucionista – se deve, em grande medida, à pressão da opinião pública, das entidades da sociedade civil vinculadas à saúde pública e, com cada vez maior peso, da CPI da Pandemia, desde o seu início relativamente tardio. Não existem previsões fiáveis, neste momento (meados de julho de 2021), sobre quando, exatamente, a maior parte da população adulta brasileira poderá estar imunizada com alguma das muitas vacinas atualmente em oferta no mercado (mas principalmente CoronaVac, Astrazeneca, Pfizer e Janssen); no estado atual das iniciativas dispersas de vacinação – fracamente coordenadas pelo ministério da Saúde, que tem a competência legal por um Programa Nacional de Imunização – e do atraso já acumulado na contratação das vacinas que estavam sendo ofertadas, por cada um dos fabricantes, nas fases intermediárias de testes clínicos. O Instituto Butantã, do estado de São Paulo, finaliza os testes e preparativos para a introdução de sua própria vacina contra o vírus, a ButanVac, que representará a primeira iniciativa totalmente nacional nessa área, no plano da tecnologia e dos insumos, ainda que em cooperação com institutos estrangeiros de pesquisa, com os quais foram compartilhadas patentes.

Um capítulo especial de qualquer ensaio dedicado aos aspectos internacionais do problema da pandemia deveria ser dedicado a um exame especial do comportamento de seus responsáveis e das ações institucionais do ministério das Relações Exteriores, o que, no entanto, não será oferecido do modo detalhado que tal questão requereria, por diferentes razões aqui sumariadas. Em primeiro e mais

importante lugar, o Itamaraty, sob a presidência Bolsonaro, deixou de ser o centro formulador e executor das principais ações no domínio da política externa; estas foram, desde o início, apropriadas por um restrito círculo de amadores ignaros em política internacional, mas detentores de um poder decisório efetivo muito acima do chanceler escolhido ou do corpo profissional de diplomatas. Na verdade, o chanceler, escolhido num obscuro processo de seleção no curso da campanha presidencial de 2018, representou, enquanto exerceu o cargo – entre janeiro de 2019 e março de 2021 – a peça de menor importância no bizarro processo de tomada de decisões na área externa do governo Bolsonaro.

Admitindo-se que o próprio presidente estivesse no comando – algo extremamente duvidoso, tendo em vista sua notória ignorância nessas matérias –, o escalão seguinte estava representado por um assessor presidencial em assuntos internacionais e pelo filho deputado do presidente, ambos discípulos de um guru presidencial expatriado, de quem receberam as concepções extremistas da “direita alternativa” americana, entre as quais as teorias conspiratórias do antiglobalismo e da ameaça comunista internacional. Alguns assessores militares palacianos se envolvem, ocasionalmente, nesse confuso processo de tomada de decisões, mas de modo muito improvisado e mesmo caótico, uma vez que ministros e altos funcionários foram sendo substituídos ao longo dos primeiros dois anos e meio de mandato, segundo os humores do presidente. Apenas em terceiro ou quarto escalão se inseria o primeiro chanceler nesse processo decisório, uma vez que várias “decisões” eram tomadas externamente e independentemente do que pudessem sugerir os quadros profissionais do ministério. O mais dramático nesse cenário altamente errático é que tais “decisões” podiam envolver aspectos sensíveis da política externa – relações com os principais parceiros do Brasil, em especial os vizinhos regionais, como a Argentina, a China e as potências ocidentais – em temas de grande importância para os interesses do país. O que se assistiu, na primeira metade do mandato presidencial foi um crescente isolamento internacional do Brasil, em virtude de desentendimentos políticos – até o ponto de atitudes descorteses e até ofensivas – com alguns desses parceiros (a Argentina, a China e os grandes países da Europa continental) e de um alinhamento inédito, até o limite da subserviência, não exatamente aos Estados Unidos, mas a Trump, enquanto este foi presidente (até

janeiro de 2021), inclusive nos minutos finais da contestação aos resultados das eleições.

No aspecto específico da questão da pandemia, o chanceler acidental não apenas se alinhou inteiramente ao negacionismo e à incompetência do presidente, e de seus assessores mais chegados (que eram os seus verdadeiros chefes), como se submeteu totalmente às diretivas e orientações que emanavam do presidente americano e de seu Secretário de Estado. Isso significou, mesmo nos momentos mais dramáticos da pandemia, o mesmo desprezo que exibia o presidente brasileiro pelo número de vítimas que se acumulavam durante a primeira e a segunda onda, bem como uma postura contrária a qualquer coordenação multilateral dos esforços que estavam sendo precariamente empreendidos pela OMS, e pelo próprio Secretário Geral da ONU, para se lograr um mínimo de cooperação entre os principais países produtores e fabricantes de vacinas (notadamente os EUA, os grandes da União Europeia, a China e a Índia),

Numa determinada fase, se cogitou inclusive abandonar a OMS – como feito por Trump – e não integrar o consórcio Covax Facility, constituído pela OMS para distribuir as vacinas disponibilizadas pelos grandes laboratórios e fabricantes. Anteriormente, o inepto chanceler – provavelmente para alinhar o seu anticomunismo às concepções políticas primárias do círculo presidencial – já tinha se referido desdenhosamente a um “comunavirus”, como sendo um plano de enfraquecimento do Ocidente pela grande potência “comunista” da Ásia. Ele também interferiu nos embates entre o filho deputado do presidente e o embaixador da China em Brasília, chegando ao cúmulo de solicitar secretamente à chancelaria chinesa a retirada do embaixador do posto.

Os principais episódios das turbulentas relações entre o Brasil de Bolsonaro e a China estão refletidos e analisados em artigo coletivo cobrindo ao ano de 2020 (Sousa et alii, in: Azzi et alii, 2020, p. 31-45). Um relatório mais recente, produzido como subsídio à CPI da Pandemia por um grupo de pesquisadores, coordenado pela médica especialista em saúde pública Lígia Bahia, cuja parte internacional recebeu colaboração do jornalista Jamil Chade, sublinhou o papel negativo do ministério das Relações Exteriores no decorrer da crise:

A política global tem sido marcada pela pandemia de diversas formas, com a exacerbação de nacionalismo e ênfase na ajuda sanitária. A diplomacia da vacina tornou-se uma prática comum no contexto da atual pandemia. China, Rússia, Índia, entre outros países, utilizaram a doação de vacinas como forma de aumentar sua influência internacional e regional. Neste contexto, o isolamento internacional brasileiro tem ainda como resultado não poder acessar com fluidez estas vacinas.

O Ministro Ernesto Araújo, ao contrário, participou ativamente do esforço coletivo de promoção de teorias conspiratórias visando a mobilização permanente da base bolsonarista, em detrimento de sua função constitucional de construção de pontes com o universo internacional. Ele ignorou as tratativas internacionais para viabilizar vacinas. Chamou de “comunavírus” o novo coronavírus e afirmou que se tratava de uma armadilha globalista para instaurar o socialismo mundial. O ministro apontou ainda o que chamou de “covidismo” como um inimigo a ser combatido e associou a epidemia a uma conspiração contra a liberdade, tema ao qual retornou insistentemente. Fiel à associação profunda que estabeleceu entre a nova política externa brasileira e uma política doméstica conservadora, defendeu a política do governo Bolsonaro, inclusive em relação ao “tratamento precoce” e contra o isolamento social, chegando a associar o lema “fica em casa” com favorecimento ao narcotráfico. (Bahia, 2021, p. 22)

Em segundo lugar, a dificuldade em historiar e analisar a incompetência demonstrada pela diplomacia bolsonarista no tratamento da pandemia – tanto em sua primeira fase, de discussão da questão nos foros multilaterais, quanto na segunda, de lenta e agônica busca por vacinas – se deve a que todos os expedientes relativos à questão foram classificados como confidenciais ou secretos, e apenas no período recente alguns deles estão sendo revelados aos poucos e de forma parcial. Trata-se, portanto, de uma análise que deverá ser feita em momento ulterior, quando, e se, forem conhecidas todas as informações recebidas dos postos no exterior e instruções expedidas aos mesmos postos. Por outro lado, os próprios funcionários do ministério da Saúde – nem sempre de carreira ou especialistas no assunto – foram envolvidos em obscuras negociações com fornecedores estrangeiros, ou com intermediários internos, o que vem sendo revelado, por jornalistas e pela CPI da Pandemia, como uma formidável confusão de critérios técnicos e de manobras financeiras não isentas de corrupção.

O que tudo isso revela, no tocante a esta lenta e longa marcha do Brasil em direção a uma ou mais vacinas, é a falta total de uma estratégia do governo em relação a um programa nacional unificado capaz de enfrentar os desafios institucionais, materiais e operacionais da pandemia, nos três níveis da federação. Não apenas não se teve, até o segundo ano quase completo da pandemia, um programa bem-sucedido e coordenado de enfrentamento da covid-19, como se viram frustrados todos os especialistas e técnicos do setor engajados nessa luta em face da ausência de diretrizes claras emanadas da principal autoridade do setor, quando o próprio presidente se encarregava de sabotar os esforços locais, em nível técnico e regulatório. De toda forma, todo este assunto deverá ser retomado, analisado novamente e explicitado em todos os seus aspectos, domésticos e internacionais, uma vez que se disponha de um quadro mais claro sobre o que ocorreu, efetivamente, nessa frente, tanto por parte da presidência da República quanto por parte do ministério da Saúde, quando dirigido por um incompetente general ignorante na área.

3 CONCLUSÃO: BOLSONARO, O ÚLTIMO NEGACIONISTA DO PLANETA E A TRAGÉDIA BRASILEIRA

A tragédia brasileira se refere, obviamente, ao número anormalmente elevado de vítimas da covid-19, o que reflete, parcialmente, o negacionismo do presidente. As conclusões a serem provisoriamente, e preliminarmente, retiradas do exercício aqui conduzido podem ser colocadas, à falta de um quadro mais claro de todos os aspectos da questão, sobretudo no plano internacional, ao abrigo de dois conceitos subjetivos: incompetência e agonia. Incompetência no tratamento da questão por parte das autoridades máximas do Brasil, a começar pelo chefe de governo, quando vista, justamente, numa perspectiva comparada com países dispostos de menos experiência e da arquitetura institucional do que o Brasil (Sistema Único de Saúde, Programa Nacional de Imunização, longo histórico de vacinações de largas faixas da população). A agonia deve ter sido ressentida – e ainda subsiste – pelos técnicos engajados no enfrentamento do problema e, sobretudo, pela sociedade; todos tiveram de contemplar, e amargar, um número adicional e “desnecessário” de mortos, caso

outras medidas tivessem sido tomadas pelo governo em tempo hábil e de modo adequado.

A incompetência do governo deriva diretamente do total despreparo do seu chefe nos mais mezinhos aspectos das políticas públicas. Para isso contou sua ignorância abissal em matéria de políticas de saúde e, talvez principalmente, seu desprezo evidente pelas vidas humanas que estavam em jogo. A incompetência também está ligada ao primeiro aspecto “internacional” referido neste ensaio: um negacionismo importado, totalmente caudatário do negacionismo de Trump, a quem Bolsonaro sempre demonstrou incontida adesão, ou até uma deplorável submissão, num grau jamais visto em toda a história do Brasil, em qualquer época ou regime.

Não se tratava, porém, de um negacionismo doutrinal, como podem exibir certos “teóricos” do conservadorismo mais extremado, aqueles que rejeitam inclusive o legado do humanismo do século XVIII, o do Iluminismo como filosofia, ou dos seus contributos de caráter político-constitucional. Bolsonaro e seus seguidores imediatos seriam incapazes de uma reflexão de cunho político-filosófico, sendo mais propensos a aceitar os argumentos de caráter político expelidos pelo guru presidencial, o pensador e polemista Olavo de Carvalho, mas apenas aqueles relativos ao anticomunismo primário, de quem ainda acha que a principal ameaça do Brasil e do mundo é o comunismo.

Esse foi aliás o sentido da primeira alocação de Bolsonaro na abertura dos debates da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019. Seu discurso, inédito nos anais da diplomacia brasileira – que tem o privilégio de dar início a esses debates desde a primeira AGNU, em 1946 –, começou justamente pela “informação” surpreendente de que seu governo tinha “salvo o Brasil do comunismo”, independentemente do fato de que a época do Partido dos Trabalhadores – teoricamente socialista, mas na prática socialdemocrata e fracamente reformista – já tinha terminado desde 2016 e que o partido nunca tratou de implantar o “socialismo” no Brasil. Toda a gestão do primeiro chanceler se colocou sob a insígnia desse anticomunismo primário, além da luta ideológica contra os supostos horrores do “globalismo”, o monstro metafísico que estaria ameaçando a soberania dos Estados

nacionais, segundo as teorias conspiratórias defendidas pelos cruzados desse conservadorismo extremado.

Tais expedientes representam espantelhos políticos que servem para conquistar e manter uma claque eleitoral comprometida com tal visão do mundo, entre eles aqueles saudosistas da ditadura militar, que deixou muitas marcas no Brasil ao longo dos seus 21 anos de regime autoritário. Bolsonaro, na verdade, representa a fração mais extremada e repressora dos militares que comandaram o Estado e dirigiam também os seus aparelhos de informação, de censura e de repressão política: ele elogiou diversas vezes o mais conhecido torturador das catacumbas do regime militar e se orgulha disso. Por acaso, o chanceler acidental é filho de um dos quadros políticos da ditadura militar, que se exerceu na censura e na defesa jurídica do regime, legando ao filho estudante o fundamentalismo de caráter religioso que explica, em parte, uma concepção cruzadista de defesa do “Ocidente cristão”, conceito que não se ouvia mais no Brasil desde a fase inicial da ditadura militar.

O negacionismo direitista de Bolsonaro é, assim, apenas superficial, ou seja, sem qualquer fundamento político mais elaborado, servindo apenas para congregiar certo número de fiéis em apoio a uma visão messiânica e salvacionista do Brasil, contra a ameaça do comunismo, servindo também para identificá-lo com seu ídolo e modelo, o negacionista Trump. O mais incrível é que ele tenha persistido no negacionismo, e num comportamento anti-ciência, quando seus supostos aliados internacionais abandonaram tais posturas, a partir de certo momento, em favor de uma adesão pragmática a campanhas nacionais de vacinação, inclusive por uma espécie de cálculo político oportunista, o que Bolsonaro se revelou incapaz de exibir (em seu próprio detrimento).

Com isso, Bolsonaro converteu-se no último negacionista no planeta, aquele que levou sua postura até as últimas consequências, e com isso produziu boa parte da tragédia brasileira, que já ceifou, na data em que se finaliza este breve ensaio, mais de 533 mil vítimas, com potencial para vitimar alguns milhares a mais (segundo dados atualizados constantemente, coletados pela Johns Hopkins University, no seguinte link: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>; acesso em

12/07/2021). As estimativas sobre o “surplus” de mortes variam enormemente, mas um epidemiologista quantificou esse potencial em seus limites máximos: Pedro Hallal, professor na Universidade Federal de Pelotas estimou que o Brasil poderia ter salvado 400 mil vidas – o que corresponde a aproximadamente 80% das mortes por covid-19 – se o governo tivesse adotado medidas mais rígidas de contenção e dado início mais cedo a um programa de imunização (UOL, 29/06/2021).

Em qualquer hipótese, e considerando que a tragédia ainda não se encerrou, o governo Bolsonaro representou, não apenas na questão da pandemia, mas especialmente no caso mais emblemático da política externa, um ponto extremamente baixo no conjunto das políticas públicas nacionais, diminuindo terrivelmente a imagem do Brasil no exterior e o prestígio de sua diplomacia. A análise oferecida à CPI da Pandemia pelo grupo de especialistas já citado concluiu seu relatório com argumentos que podem igualmente servir como conclusão a este breve ensaio sobre os aspectos internacionais da questão da pandemia no Brasil:

Ou seja, também no âmbito da política externa e das relações internacionais, o Brasil adota postura negacionista, minimalista e contrária aos direitos humanos e constitucionais do povo brasileiro. Aqui também se evidencia a necessidade de reverter esse curso e criar as condições para que a população brasileira tenha seus direitos respeitados e nosso país passe a colaborar com o combate à pandemia do coronavírus e à disseminação da Covid-19, deixando de ser um problema e uma ameaça global. A CPI do Senado igualmente deste ângulo deve ponderar o imperativo da responsabilização administrativa e política do governo federal, a qual, segundo nossa opinião, deve culminar com o impeachment do presidente da república [sic], principal responsável, ainda que não o único, pelas ações, omissões e desgoverno, que levaram tamanha tragédia a se abater sobre o povo brasileiro. (Bahia, 2021, p. 26)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. de. “Impacto da pandemia sobre a diplomacia mundial e no Brasil”, revista *Sapientia*, ano 9, n. 40, maio-junho 2021, p. 16-19; ISSN: 2446-8827; disponível no link: <https://conteudo.cursosapientia.com.br/mai21-typage-revista-sapientia-ed-40-org>; acesso em 12/07/2021.

BAHIA, L. et alii. *A tragédia brasileira do coronavírus/covid-19: Uma análise do desgoverno do governo federal, 2020-2021*. Documento entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado Federal (28 de abril, 2021),

elaborado por: Lígia Bahia (médica especialista em saúde pública); Jamil Chade (jornalista); Claudio S. Dedecca (economista); José Maurício Domingues (sociólogo); Guilherme Leite Gonçalves (sociólogo do Direito); Monica Herz (cientista social); Lena Lavinias (economista); Carlos Ocké-Reis (economista); María Elena Rodríguez Ortiz (advogada e socióloga); Fabiano Santos (cientista político); disponível no link: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2021-05/tragedia-brasileira-covid_final.pdf ; acesso em 11/07/2021.

SOARES, G. “Cidades em que Bolsonaro venceu em 2018 têm mais por mortes por covid, diz estudo”. *Poder 360*, 7/05/2021; disponível no link: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/cidades-em-que-bolsonaro-venceu-em-2018-tem-mais-mortes-por-covid-diz-estudo/>; acesso em 11/07/2021

SOUSA, A. T. M. de et alii. “Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo”, in AZZI, D. A. et alii (orgs.), *A política externa de Bolsonaro na pandemia*. São Bernardo do Campo, Observatório Política Externa Brasileira, Friedrich Ebert Stiftung, 2020, p. p. 31-45; disponível no link: https://www.academia.edu/47509310/Rela%C3%A7%C3%B5es_Brasil_China_durante_a_pandemia_balos_no_pragmatismo?email_work_card=title; acesso em 8/07/2021.

TEITELBAUM, B. R. *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers*. Nova York, Harper Collins, 2020.

UOL. “Brasil poderia ter impedido 400 mil mortes por covid, diz epidemiologista”, *VivaBem UOL*, 29/06/2021; disponível no link: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/29/brasil-covid-19-mortes-pedro-hallal.htm> ; acesso em 12/07/2021.